



Universidade Federal de Alagoas - UFAL  
Centro de Educação- CEDU  
Maceió - Alagoas - Brasil

## Gênero e sexualidade no ambiente escolar (1997-2019)

**Diana Melo Silva (UFAL)**  
([dianamelos.97@gmail.com](mailto:dianamelos.97@gmail.com))

### RESUMO:

O presente artigo propõe identificar as abordagens das temáticas de gênero e sexualidade nos documentos oficiais da educação que abrangem os anos finais do ensino fundamental. Sendo os Planos Nacionais da Educação (PNE) de 2001-2010 e 2014-2024; as três versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1997, que será usado para comparar-se a BNCC. Tendo como objetivo analisar a forma como as temáticas de gênero e sexualidade são inseridas, as ausências e permanências, e como estão expostas estas permanências. Para o desenvolvimento do artigo será utilizado os métodos de pesquisa documental de Laurence Bardin (2016), e para contextualizar as temáticas de gênero e sexualidade será utilizado: Scott (1995); Foucault (2021) e Bourdieu (2020).

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Gênero. Sexualidade.

## 1 INTRODUÇÃO

A inserção das temáticas de gênero e sexualidade nos documentos educacionais brasileiros data de 1997 com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), dispendo em seu conteúdo abordagens remetidas a importância de gênero e sexualidade no ambiente escolar. Tais questões como: a gravidez na adolescência, a higiene pessoal, o cuidado com o corpo, a orientação sexual, as doenças sexualmente transmissíveis, mas claro, cada questão segue organizada pelo nível escolar e idade que se julga indicado para trabalhar cada um dos pontos em volta de gênero e sexualidade.

Falar sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar remete professores e professoras a quebra de tabus, às vezes, até deles mesmos. Por se tratar de

assuntos desconhecidos, poucos debatidos, e ausentes/mascarados no ambiente familiar, social, religioso, estado, escolar. Deixando, tanto professore e professoras com receio, quanto o modo como alunos e alunos poderão, também, se sentirem desconfortáveis, ou, não. Mas o que não deve permanecer se perpetuar, é a ausências das questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar, tendo em vista os altos índices de violência contra mulheres, crianças e adolescentes, pois conforme o primeiro semestre de 2022 foi registrado “31.398 denúncias e 169.676 violações envolvendo a violência domestica contra as mulheres” (BRASIL, 2022, online). Não são apenas números, são pessoas, logo, a prática do cuidado e do respeito para com o outro precisa ser trabalhado.

## **2 Gênero e sexualidade: uma questão a ser explorada por todos**

É sabido que mulheres morrem por serem mulheres, são violentadas por serem mulheres, são desrespeitadas por serem mulheres, e os homens morrem por não sentir atração pelo sexo oposto, morrem quando não seguem os padrões estabelecidos pela sociedade, por não conterem seus desejos, e quem comete tais violências? Em grande parte das vezes por homens, mas as mulheres não ficam por fora, elas também atacam outras mulheres e homens; e por quê? Por terem sido ensinadas a propagar o machismo, a manter os estereótipos, a ser a bela recatada e do lar, a esposa exemplar, acabam por alimentar um ciclo de violência. Segundo Bourdieu (2020) a mulher se voluntaria a opressão, como ele diz a violência é tão simbólica, tão imperceptível, que as mulheres a cometem e a propagam sem perceber. Como problematiza Bourdieu:

Ao tomar “simbólico” em um de seus sentidos mais correntes, supõe-se, por vezes, que enfatizar a violência simbólica é minimizar o papel da violência física e (fazer) esquecer que há mulheres espancadas, violentadas, exploradas, ou, o que é ainda pior, tentar desculpar os homens por essa forma de violência (BOURDIEU, 2020, p. 63).

Ao classificar dada tarefa como masculina ou feminina, ao segurar a menina em casa e liberar o menino, estará fortalecendo normas de controle de papeis caveis a meninos e meninas. Tanto as meninas, quantos os meninos, precisam ser socializados, habituados, ensinados, ao respeito para com o outro. A educação é um

dos caminhos para quebrar a violência e o desrespeito. Logo, as temáticas devem ser claras precisas, sem meios termos, sem serem mascaradas, o professorado precisa disto em cursos de formação e nos documentos oficiais da educação.

Ao se trabalhar gênero e sexualidade tende-se a trabalhar as normas da sociedade – ao passo que gênero é uma construção social como problematizado por Scott (1995) –, a cultura e as instituições religiosas, familiares e educacionais, sendo estas influenciadas por ideologias, ou seja, cada uma tem uma ideia dominante e a quer que todos a siga. Mas não vivemos em uma sociedade homogênea, somos diversos e cada sujeito tem subjetividades distintas.

Logo, um dos impasses para se trabalhar gênero e sexualidade no ambiente escolar, é que não temos apenas os alunos e alunas que trazem consigo suas vivências, seus costumes, suas crenças. Temos por outro lado os professores e professoras que não ficam isentos das crenças, dos costumes e do que lhes foi ensinado ao longo do seu desenvolvimento. E quando temos parte do professorado conservador, que vê essas temáticas como uma ameaça ao bem está familiar e social de crianças e adolescentes, torna-se complicado ensinar as práticas do respeito e da empatia pelo próximo. De um lado temos a cultura e do outro temos a sociedade e as instituições que nela estão inseridas, acabando por fortalecer determinados costumes conservadores que por vezes tendem a reproduzir práticas preconceituosas, atos violentos e determinados estereótipos, conforme questiona Bourdieu que:

Longe de afirmar que as estruturas de dominação são a-históricas, eu tentarei, pelo contrário, comprovar que elas são produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, familiares, Igrejas, Escolas, Estado (BOURDIEU, 2020, p. 63-64).

Quando o professorado não está interligado com as discussões de gênero e sexualidade e a sua importância para o ambiente escolar, o contexto social, histórico e cultural, ele não vai conseguir discorrer sobre as temáticas. Os professores e professoras carecem de auxílio, de cursos que lhes prepare, lhes ensine, ajudando a desmistificar a dita ideologia de gênero que em nada tem ajudado a solucionar os casos de violência contra homens e mulheres, ou melhor, crianças e adolescentes e

os grupos LGBTQIA+, pois não se trata apenas de um sujeito formador de sujeitos críticos, mas de um sujeito que foi criado para seguir determinados padrões e estando vinculado a algum tipo de religião e a cultura.

Assim sendo, entendi-se por cultura o agrupamento de diversas características, não somente individuais, mas também características grupais que demandam uma série de comportamentos, desde o falar, o andar, as vestimentas, gestos, gírias, os relacionamentos, dentre outros. Pois a cultura está no sujeito, assim como o sujeito está para a cultura. Seria ousadia dizer que somos o que somos, devido à cultura, ao que ela nos impulsiona a ser.

Ao corpo não é empregado apenas o gênero e a sexualidade, mas a cultura e a linguagem que ela produz, tanto ela, quanto as instituições religiosas, familiares e educacionais. O corpo é produzido conforme os interesses da sociedade, das religiões, das famílias, da educação, e quando um corpo é formulado, e ao longo dessa formulação o sujeito responsável pelo corpo decide tomar as rédeas das suas próprias características, cortando as correntes que o prende e as regras estabelecidas a ele, esse sujeito não é mais bem visto, passa a ser um sujeito criticado, questionado por sua recusa a permanecer na bolha das boas regras, sendo por vezes agredido por agir e pensar diferente dos demais.

Entender esses caminhos dos sujeitos que permanecem e dos que não permanecem é importante, pois só saberemos explicar os sujeitos, quando os compreender. Já tivemos um longo período da história em que as temáticas de gênero e sexualidade estiveram silenciadas. Uma história que narra apenas os feitos dos grandes homens e dos seus grandes feitos, como problemática Bloch (ano) ao apontar as formas de narrativas da história tradicional e da nova história problematizada pela a escola dos Annales em 1929, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch. Tendo como intuito, da aos historiadores outros campos de estudos, diversos sujeitos, numerosas histórias, os diferentes lados de cada uma das histórias, a diversidade das fontes.

Fazer da história, uma história de todos, e não mais de quem detinha cargos de poder e status. Esse foi o horizonte que a escola dos Annales e para compreender que por dentro da sexualidade e de gênero a um conjunto de normas que buscam controlar e ensinar as ditas boas regras ao ser humano, sendo elas: a

instituição educacional, a religiosa, a familiar. Todas se atribuem de uma linguagem, sendo por vezes acompanhado de ideologias que tendem a controlar o corpo, formular um conceito e uma estrutura perfeita para os sujeitos, o dito corpo hetero.

Alimentando assim, as instituições, que rotula os papéis cabíveis aos homens e as mulheres, papéis estes que chegam a provocar a desigualdade e a violência de ambos os gêneros, causando um paradoxo, quem oprime quem? Porque não podemos dizer que apenas as mulheres são os sujeitos oprimidos, o gênero masculino também são sujeitos oprimidos, e se sabe que a opressão aos homens geralmente é quando eles apresentam comportamentos semelhantes ao das mulheres, nesse caso, não sofrem desprezo apenas pelos homens, mas de todo modo, pelas mulheres.

Não havendo distinção de papéis para gênero A e gênero B, possivelmente se teria uma sociedade em que a desigualdade se gênero não pesasse tanto e que os índices de violência de ambos fossem menores? O que podemos dizer é que não dá para prever uma sociedade completamente harmoniosa. O instinto humano, de uma forma ou de outra abriria brechas para alguma das suas nuances da desigualdade, da violência e do poder que tentam obter para ter o controle.

Então, como definir gênero e sexualidade, e o que ambas tem haver com a História e a disciplina de História? Primeiro, o gênero é uma construção social dos papéis cabíveis ao homem e a mulher, segundo, a sexualidade não traz referencia apenas ao ato sexual, mas aos comportamentos que cada sujeito desenvolve ao longo do seu desenvolvimento. A sexualidade se restringe do que o gênero sugere aos sujeitos, a sexualidade não tem formula para classificar o sujeito homem ou mulher, o sujeito hetero, homo, bi, trans, ela simplesmente está em todos, possivelmente na mesma intensidade, pois não cabe à sexualidade rotular, quando não se tem controle sobre o desejado.

Seria a sexualidade uma categoria livre? A sexualidade é controlada quando dela demanda variados comportamentos que não agradam as instituições e o modelo de corpo hetero intitulado pela sociedade. Então, assim como é dito os papéis cabíveis ao gênero masculino e feminino, também é dito os comportamentos de ambos (FOUCAULT, 2021).

Para entender os caminhos dos sujeitos que permanecem e dos que não permanecem – as normas das instituições religiosas, família, estado, escola – é importante, pois só saberemos explicar os sujeitos, quando os compreender. Já tivemos um longo período da história em que as temáticas de gênero e sexualidade estiveram silenciadas. Uma história que narra apenas os feitos dos grandes homens e dos seus grandes feitos, como problemática Bloch (1997) ao apontar as formas de narrativas da história tradicional e da nova história problematizada pela a escola dos Annales em 1929, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch. Tendo como intuito, da aos historiadores outros campos de estudos, diversos sujeitos, numerosas histórias, os diferentes lados de cada uma das histórias, a diversidade das fontes.

A mudança só tende a ocorrer, quando as temáticas de gênero e sexualidade passarem a ser discutidas corretamente, pois o que se percebe ao analisar os documentos, é que a uma diminuição das temáticas de gênero e sexualidade. Sabe-se que a violência é o que mais cresce, principalmente contra as mulheres, crianças e adolescentes e os LGBTQIA+, o suicídio tem forte aumento, e é o homem quem mais o comete. Logo, as temáticas deveriam estar mais expostas, ser implantada nos cursos de formação de professores, pois não basta está contida apenas nos documentos, elas devem ser esclarecidas para que o professorado as compreenda e as transmitam. Mas o que se percebe é que as temáticas de gênero, ao invés de ter um espaço nos documentos, elas estão perdendo é mais espaço. Conforme a tabela abaixo:

Documentos	Parâmetros Curriculares Nacionais	Plano Nacional de Educação		Base Nacional Comum Curricular		
		2001-2010	2014-2024	2015	2017	2019
Período	1998	2001-2010	2014-2024	2015	2017	2019
Gênero	2	8	0	15	37	0
Sexualidade	6	1	1	6	15	5

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) documentos antes norteadores das práticas didáticas pedagógicas. É organizado em dois volumes: um de *introdução*, contendo justificativas e fundamentações feitas para a elaboração dos

temas transversais dos documentos subsequentes a ele; seis volumes elaborados por áreas de conhecimento, contendo: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação Física; e três volumes referentes aos temas transversais tratado no primeiro volume, sendo eles: Pluralidade Cultural, Orientação Sexual e Meio Ambiente. Trata-se de um documento antigo, mas que continha questões relacionadas ao corpo, gênero, sexualidade e orientação sexual. Pegamos apenas um para analisar, o da área de História.

Antes da implantação das propostas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) documento que norteia/auxilia o professorado, e antes dos PCNs, tinha-se a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, que, diferente dos PCN e das duas versões da BNCC, não está contido nele as temáticas de gênero e sexualidade – gênero e sexualidade eram temáticas vistas com mais intensidade pela área da saúde – o que queremos ressaltar é que os PCNs são de 1997, momento que a sexualidade trazia tanto ao gênero feminino, quanto ao gênero masculino emblemas, tais deles ligados a doenças, como o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), e as pautas de gênero ainda estava ganhando espaço na área acadêmica.

O que se percebe é que a informação e as preocupações quanto aos dois temas foram postas em documentos anteriores, e os problemas em referente tanto a gênero, quanto a sexualidade estão se intensificando cada vez mais, é aumento de feminicídios, homofobia, abusos sexuais, assédios, mas no processo evolutivo dos documentos, BNCC e PNE, têm as temáticas de gênero e sexualidade diminuídas como é exposto na tabela. A terceira versão da BNCC consta gênero 499 vezes, mas nenhuma destas em algum momento faz menção ao gênero feminino e masculino, e sim, a gêneros textuais, ligados a disciplina de Língua Portuguesa. Em suas versões anteriores as temáticas de gênero, sexualidade e orientação sexual estavam contempladas. Mas o período final de aprovação do documento se resulta no silenciamento total gênero, – no que se refere homem e mulher – e orientação sexual.

Este silenciamento veio em parte pela pancada religiosa e conservadora, que veem o gênero como uma “ideologia”. Segundo Eagleton a ideologia significa um “conjunto de crenças motivadas por interesses sociais, então pode simplesmente representar as formas de pensamento dominante em uma sociedade”. A sociedade

é constituída por diversos grupos, logo, a uma variedade de ideias – ideologias – pois não a uma única ideia dominante.

Conforme problematizado por Laurence Bardin (2016), tendo em visto a frequência das palavras gênero e sexualidade nos documentos, acompanhados de mensagens interligadas ao contexto de gênero e sexualidade, dando a elas as características e fundamentando o teor da mensagem exposta. Mas quando essas palavras ficam ausentes, a mensagem pode ou não, ser vista por outros pontos de vista, trazendo outros direcionamentos. Bardin (2016, p.22) indica a como abordar a mensagem contida no documento, sendo assim: “o que levou a determinado enunciado?” das temáticas de gênero e sexualidade se pode dizer que foi o medo por parte da bancada religiosa, ao deixar palavras ausentes, o seu tratamento não se torna tão importante, e os atos errôneos sobre as temáticas devem continuar, assim eles terão o controle. Sendo assim, “Este aspecto diz respeito às causas ou antecedentes da mensagem”, a mensagem exposta está a defender a determinado grupo, e isso traz consequências e “quais consequências que determinado enunciado vai provavelmente provocar?” uma falha de informação, impossibilitando o trabalho com todos os grupos da sociedade referente a importância de gênero e sexualidade, temáticas que conforme especialistas da área - Scott, Foucault, dentre outros - , não trazem nenhum mal aos sujeitos da sociedade (BARDIN, 2016, p.22).

No entanto, a bancada religiosa/conservadora e seus simpatizantes, agregam o gênero como uma ideologia que tende a “acabar com a família tradicional”, “impedindo os pais de ensinarem a seus filhos sobre o que eles julgam ser ensinados sobre a sexualidade”, alegam que a ideologia de gênero na escola iria “impulsionar a vida sexual precoce”, a “meninos e meninas saírem provando com quem querem ter relações”. É sabido, que tudo isso foge dos reais sentidos de se ter um trabalho de gênero e sexualidade no ambiente escolar. Primeiro, não nos estudos de gênero a pretensão de se trabalhar uma ideia dominante para agradar a determinado grupo, e segundo, o que se almeja é a desmistificação de tabus, a quebra de preconceitos, de violências, de estereótipos, de homofobia. Trabalhar gênero e sexualidade na escola, é tentar ensinar a professores, professoras, alunos e alunas, a todo o grupo escolar, o respeito a diversidade, o respeito ao outro, o conhecimento de se si próprio e do outro.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir-se que as temáticas de gênero e sexualidade sofreram um silenciamento. Um silenciamento causado em parte, por a bancada conservadora/religiosa quando passaram a alegar que as temáticas iriam acabar com a inocência das crianças. Isto acabou por distorcer o real sentido das temáticas de gênero e sexualidade, se remetendo a elas como uma “ideologia de gênero”, um termo que como bem sabemos, não é do meio acadêmico, pois não cabe o estudo das diversidades de sujeitos. Podemos dizer que esse silenciamento, essa forma mascarada de expor as temáticas, dificultará a compreensão dos professores e professoras, deixando eles distante da clareza, frente à homofobia, a violência de gênero, o preconceito com os LGBT, os estereótipos, dentre outros que estão cada vez mais, matando os sujeitos. Algo precisa ser revertido, e a educação de gênero e sexualidade pode possibilitar resultados positivos para o ambiente escolar, familiar, social e o autoconhecimento com o seu próprio eu e a prática da empatia e do respeito para com o outro.

### REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. França, 1997.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 05 de Nov. de 2022.

BRASIL. Lei nº 010172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o **Plano Nacional de Educação** e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm). Acesso em: 04 de jun. de 2022.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação-PNE** e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 04 de jun. de 2022.

BRASIL. Lei nº 6.757, de agosto de 2006. Aprova o **Plano Estadual de Educação** para o período de 2006 a 2015, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 7.795, de 22 de janeiro de 2016. Aprova o **Plano Estadual de Educação – PEE**, e dá outras providências.

BRASIL tem de 31 mil denúncias de violência contra as mulheres. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/brasil-tem-mais-de-31-mil-denuncias-violencia-contras-mulheres-no-contexto-de-violencia-domestica-ou-familiar#:~:text=No%20primeiro%20semestre%20de%202022,viol%C3%Aancia%20dom%C3%A9stica%20contra%20as%20mulheres>. Acesso em 01 de Nov. de 2022.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20 n 2, jul.-dez. 1995, p. 71-99.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. 11. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.